

31/05/2016

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 129.162 PARÁ

RELATORA	: MIN. ROSA WEBER
PACTE.(S)	: ELIAS RIBEIRO
PACTE.(S)	: JOSÉ FAUSTO RIBEIRO FURTADO
IMPTE.(S)	: VENINO TOURÃO PANTOJA JÚNIOR
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EMENTA

HABEAS CORPUS. DIREITO PROCESSUAL PENAL. SUBSTITUTIVO DE RECURSO CONSTITUCIONAL. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. CRIMES DE TRÁFICO DE DROGAS E DE ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. ARTIGOS 33 E 35 DA LEI 11.343/2006. PRISÃO PREVENTIVA. REVOGAÇÃO EM RELAÇÃO A CORRÉU. EXTENSÃO. ARTIGO 580 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. IDENTIDADE DE SITUAÇÕES FÁTICAS E JURÍDICAS. INEXISTÊNCIA.

1. Contra acórdão exarado em recurso ordinário em *habeas corpus* remanesce a possibilidade de manejo do recurso extraordinário previsto no art. 102, III, da Constituição Federal. Diante da dicção constitucional, inadequada a utilização de novo *habeas corpus*, em caráter substitutivo.

2. Inaplicável, na hipótese, o art. 580 do Código de Processo Penal - “No concurso de agentes (Código Penal, art. 25), a decisão do recurso interposto por um dos réus, se fundado em motivos que não sejam de caráter exclusivamente pessoal, aproveitará outros” -, porquanto não demonstrada a identidade de situação fática e jurídica entre o ora paciente e o corréu.

3. *Habeas corpus* extinto sem resolução de mérito.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Primeira Turma, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por maioria de votos, em não admitir o *habeas corpus*, nos termos do voto da Relatora. Vencido o Senhor

HC 129162 / PA

Ministro Marco Aurélio. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Luís Roberto Barroso. Presidência do Senhor Ministro Marco Aurélio.

Brasília, 31 de maio de 2016.

Ministra Rosa Weber
Relatora

31/05/2016

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 129.162 PARÁ

RELATORA	: MIN. ROSA WEBER
PACTE.(S)	: ELIAS RIBEIRO
PACTE.(S)	: JOSÉ FAUSTO RIBEIRO FURTADO
IMPTE.(S)	: VENINO TOURÃO PANTOJA JÚNIOR
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO

A Senhora Ministra Rosa Weber (Relatora): Trata-se de *habeas corpus* impetrado por Venino Tourão Pantoja Júnior em favor de Elias Ribeiro e José Fausto Ribeiro Furtado, contra acórdão do Superior Tribunal de Justiça, que indeferiu pedido de extensão nos autos do RHC 54.326/PA.

Os pacientes foram presos em flagrante, juntamente com outros dois indivíduos, pela suposta prática dos crimes de tráfico de drogas, de associação para o tráfico e de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido, tipificados nos arts. 33 e 35 da Lei 11.343/2006 e 14 da Lei 10.826/03. O Juízo da 1ª Vara da Comarca de Cametá/PA converteu as custódias em flagrante em prisão preventiva.

Após o encerramento da instrução criminal, sobreveio sentença condenatória fixando à pena dos pacientes em 14 anos de reclusão pelos crimes de tráfico de drogas (8 anos) e de associação para o tráfico (6 anos), mantida a constrição cautelar pelo magistrado de primeiro grau.

O Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do RHC 54.326/PA, deu provimento ao recurso ordinário para conceder o direito de os corréus Benildo Portilho Rodrigues e Bermiro Alves Rodrigues aguardarem em liberdade o trânsito em julgado da decisão na ação penal de origem.

A Defesa dos ora pacientes, diante do benefício concedido aos corréus, impetrou o HC 319.228/PA perante a Corte Superior. A Ministra Maria Thereza de Assis Moura determinou o recebimento da petição inicial do HC 319.228/PA como pedido de extensão formulado nos autos

HC 129162 / PA

do RHC 54.326/PA, com o consequente cancelamento da distribuição do *writ*. Ato contínuo, a Sexta Turma da Corte Superior indeferiu o pleito defensivo, em acórdão assim ementado:

“PEDIDO DE EXTENSÃO. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PRISÃO PREVENTIVA. MOTIVAÇÃO INIDÔNEA RECONHECIDA. CORRÉUS REINCIDENTES. SITUAÇÃO FÁTICA DIVERSA. NÃO APLICAÇÃO DO ART. 580 DO CPP. PEDIDO INDEFERIDO.

1. Não há como deferir o pedido de extensão se não há identidade de situações entre os recorrentes e os corréus, estes reincidentes específicos, nos termos do art. 580 do Código de Processo Penal.

2. A própria decisão que concedeu o benefício aos recorrentes destacou que sua situação diferia da dos corréus.

3. Pedido de extensão indeferido.”

No presente *writ*, assevera o Impetrante a ausência de fundamentação idônea no édito condenatório para a manutenção da custódia provisória dos pacientes. Aduz que a sentença condenatória, no tocante à necessidade de prisão preventiva, não diferenciou a situação dos pacientes da dos corréus, de sorte que, reconhecida sua ilegalidade, os efeitos devem ser estendidos a todos. Alega, ainda, insubsistente o argumento justificador da segregação de que os pacientes são reincidentes específicos, uma vez não ostentarem tal condição. Requer, em medida liminar e no mérito, a extensão do benefício concedido aos corréus, com a consequente expedição de alvará de soltura em favor dos pacientes.

Em 07.8.2015, indeferi a liminar.

O Ministério Público Federal, em parecer da lavra da Subprocuradora-Geral da República Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira, opina pela denegação da ordem.

É o relatório.

31/05/2016

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 129.162 PARÁ

VOTO

A Senhora Ministra Rosa Weber (Relatora): O presente *habeas corpus* diz com o indeferimento do pedido de extensão formulado pelos ora pacientes nos autos do RHC 54.326/PA, do Superior Tribunal de Justiça.

Contra acórdão lavrado ao julgamento de recurso ordinário em *habeas corpus* remanesce a possibilidade de interposição do recurso extraordinário previsto no art. 102, III, da Constituição Federal. Diante da dicção constitucional, inadequada a utilização de novo *habeas corpus*, em caráter substitutivo (HC 110.055/MG, Rel. Min. Marco Aurélio, DJe 09.11.2012 e HC 114.519/DF, Rel. Min. Dias Toffoli, DJe 12.4.2013).

Prossigo, contudo, no exame diante da possibilidade de concessão da ordem de ofício.

Em 10.02.2015, a Sexta Turma da Corte Superior deu provimento ao mencionado recurso ordinário em *habeas corpus*, para conceder o direito de os corréus Benildo Portilho Rodrigues e Bermiro Alves Rodrigues recorrerem em liberdade.

Inobstante a Corte Superior tenha asseverado que a prisão cautelar dos corréus foi motivada de forma genérica e abstrata, sem justificativas concretas, ao desamparo, portanto, de base empírica idônea, restou consignada a inexistência de similitude fática dos corréus com a dos ora pacientes, que ostentam “*condenações anteriores mencionadas no decreto prisional*”

De todo modo, em novo julgamento, sobreveio o indeferimento do pedido de extensão formulado pelos pacientes, em voto assim exarado:

“Como é cediço, o pedido de extensão envolve a aferição de que o corréu se encontra na mesma condição fático-processual daquele já beneficiado.

In casu, foi reconhecida a ilegalidade do decreto prisional dos recorrentes, pois “a fundamentação apresentada pelo magistrado

HC 129162 / PA

primevo ao decretar a prisão preventiva, e mantida por ocasião da sentença e do acórdão impugnado, vincula-se essencialmente à gravidade abstrata do delito, salientando a comprovada materialidade delitiva e indícios de autoria e presunção de fuga dos agentes, mas deixando de apontar circunstâncias concretas do crime que justifiquem a excepcionalidade da medida.” (fl. 270).

Ressaltou-se, inclusive, que “não há similitude fática entre a situação dos ora recorrentes e dos demais corréus, os quais inclusive registram condenações anteriores mencionadas no decreto prisional”.

Confira-se o teor do decreto prisional (fl. 79):

“(…)

Assim procedo tendo em vista as circunstâncias da prisão, bem como tendo em vista que Fausto e Elias, além de terem sido encontrados na posse da droga e portando ilegalmente as arma de fogo e munição de uso permitido apreendidas, já foram condenados por tráfico de entorpecentes, conforme atestam as certidões emitidas e juntadas pela Secretaria desta Vara. O primeiro, aliás, sofreu duas condenações... Enquanto o segundo foi condenado no autos do proc. ..., respondendo ainda por idêntico crime no proc. ...

Quanto a Belmiro e Benildo, a despeito de negarem relação com a droga apreendida, não vislumbro ser cabível, pelo menos nesta ocasião, conferir credibilidade plena a tal informação, pois os depoimentos colhidos pelo delegado sobre as atividades desenvolvidas no local onde foi realizada a operação policial e o material apreendido (blocos de maconha, balança, prensa etc), indiciando que ali foi implantado um estruturado, complexo de cultivo e preparo de maconha para comercialização ilícita, não recomendam descartar o envolvimento de ambos nesse audacioso e ilegal empreendimento, convindo salientar que além de serem parentes por afinidade de Fausto, ambos declararam que há duas semanas estavam trabalhando para ele no terreno em que os policiais encontraram evidências de uma plantação de maconha recentemente colhida.

Demonstrada a existência de indícios suficientes de autoria e prova da materialidade das infrações, assim como, por considerar

HC 129162 / PA

descabida medida cautelar diversa, face à gravidade dos delitos relacionados à traficância, suas conhecidas e ruinosas consequências para a coletividade, assim como, e principalmente, o fato de dois flagranteados já registrarem condenações também por comercialização ilícita de entorpecentes, clara evidência que insistem em ganhar dinheiro fácil, sustentando-se dessa atividade perniciosa que tantas mazelas causa à sociedade, com fundamento no art. 310, II, do CPP, converto a prisão de todos em preventiva, concretamente justificada a necessidade de resguardar a ordem pública.”

Como visto, não há similitude de situações com relação aos requerentes, que ostentam situação particular, pois são reincidentes específicos, como bem ressaltou o juiz ao decretar a custódia provisória.

De se notar, ainda, que ao negar aos condenados o recurso em liberdade, o magistrado entendeu que os pressupostos autorizadores da medida preventiva se mantinham, permanecendo hígidos os fundamentos do decreto prisional.

Eis os termos do decisum (fl. 188):

“Não concedo aos condenados o direito de apelar em liberdade, tendo em vista que foram presos em flagrante e continuam presentes os requisitos e pressupostos autorizadores das prisões preventivas, ou seja, após as condenações caso fiquem em liberdade têm grandes possibilidades de evadirem-se do distrito da culpa, principalmente pela quantidade de penas aplicadas e aos regimes que deverão cumprir as penas. Portanto, nego aos réus o direito, caso queiram, de apelar em liberdade.”

Assim, devem ser consideradas as peculiaridades do caso, que afasta a aplicação do art. 580 do Código de Processo Penal, in verbis: (...).

Diante do exposto, indefiro o pedido de extensão.”

Na hipótese, reputo inaplicável o disposto no art. 580 do Código de Processo Penal - “No concurso de agentes (Código Penal, art. 25), a decisão do

HC 129162 / PA

recurso interposto por um dos réus, se fundado em motivos que não sejam de caráter exclusivamente pessoal, aproveitará outros” -, porquanto diversa a situação fática e jurídica dos ora pacientes e dos corréus beneficiados no RHC 54.326/PA.

Revelam os autos “que Fausto e Elias, além de terem sido encontrados na posse da droga e portando ilegalmente as arma de fogo e munição de uso permitido apreendidas, já foram condenados por tráfico de entorpecentes, conforme atestam as certidões emitidas e juntadas pela Secretaria desta Vara.”

Se as circunstâncias concretas da prática do crime indicam o risco de reiteração delitiva, está justificada a decretação ou a manutenção da prisão cautelar para resguardar a ordem pública, desde que igualmente presentes boas provas da materialidade e da autoria. Nesse sentido, inúmeros precedentes desta Suprema Corte (v.g.: HC 125.104/CE, Rel. Min. Gilmar Mendes, 2ª Turma, DJe 21.8.2015; HC 120.522/Sp, Rel. Min. Luiz Fux, 1ª Turma, DJe 31.3.2014; ; HC 109.528/PA, Rel. Min. Rosa Weber, 1ª Turma, DJe 07.8.2012).

Os efeitos da decisão que concedeu o direito de os corréus recorrerem em liberdade não foram estendidos aos ora pacientes dada a inexistência de identidade fática e jurídica entre a situação dos envolvidos, consideradas, em especial, as *“condenações anteriores mencionadas no decreto prisional”* .

Na linha do entendimento preconizado pelo parecer ministerial, *“a reincidência específica permitiu a conclusão de que os ora pacientes revelam maior probabilidade de reiteração delitiva, se porventura soltos”*, afastando, dessa maneira, a aplicação do art. 580 do CPP na hipótese.

Ante o exposto, **voto pela extinção do habeas corpus sem resolução do mérito.**

31/05/2016

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 129.162 PARÁ

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) –
Admito a impetração porque em jogo a liberdade de ir e vir. Em passo
seguinte, indefiro a ordem tendo em conta a periculosidade apontada
pelo Juízo e o fato de se pretender a extensão de ordem deferida a
corréus, em situação diversa.

PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

HABEAS CORPUS 129.162

PROCED. : PARÁ

RELATORA : MIN. ROSA WEBER

PACTE.(S) : ELIAS RIBEIRO

PACTE.(S) : JOSÉ FAUSTO RIBEIRO FURTADO

IMPTE.(S) : VENINO TOURÃO PANTOJA JÚNIOR

COATOR(A/S) (ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: Por maioria de votos, a Turma não admitiu o *habeas corpus*, nos termos do voto da Relatora, vencido o Senhor Ministro Marco Aurélio. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Luís Roberto Barroso. Presidência do Senhor Ministro Marco Aurélio. 1ª Turma, 31.5.2016.

Presidência do Senhor Ministro Marco Aurélio. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Luiz Fux, Rosa Weber e Edson Fachin. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Luís Roberto Barroso, Presidente. Compareceu o Senhor Ministro Dias Toffoli para julgar processos a ele vinculados, assumindo a cadeira do Senhor Ministro Edson Fachin.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Edson Oliveira de Almeida.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Secretária da Primeira Turma